

Toques&Dados

Informativo do Sindados - MG - 29/09 a 05/10 de 2019

SEGUNDO OIT: SUBCONTRATADOS DA APPLE SÃO 25 VEZES MAIS EXPLORADOS QUE TECELÕES INGLESES DO SÉCULO XIX



Divulgamos nesta edição trechos de uma reportagem do portal Outras Palavras, sobre o aumento da exploração e das desigualdades sociais que atingem os trabalhadores.

Por Vijay Prashad, do Tricontinental Institute | Tradução: Simone Paz

“Um relatório recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra: há agora 3,5 bilhões de trabalhadores no mundo. Nunca o número foi tão vasto. A conversa sobre ‘o fim dos trabalhadores’ é prematura, quando confrontada com o peso desses dados.

A OIT reporta que a maior parte desses 3,5 bilhões de trabalhadores ‘enfrentam ausência de bem-estar material, segurança econômica, igualdade de oportunidades ou possibilidade de desenvolvimento humano. Estar empregado nem sempre garante uma vida decente. Muitos trabalhadores precisam aceitar trabalhos pouco atraentes, normalmente informais (é o chamado trabalho flexível) e caracterizados por baixa remuneração, além do acesso escasso ou inexistente à proteção social e direitos trabalhistas’. Embora metade da força de trabalho mundial seja composta por empregados assalariados, dois milhões de trabalhadores (61% do total) estão no setor informal.

(...)

Mesmo com os dados evidenciando que os trabalhadores dentro da força de trabalho global não conseguem encontrar ‘trabalho decente’, as taxas de produtividade estão muito mais altas do que antes. Como o relatório da OIT indica, ‘espera-se que o crescimento da produtividade entre 2019 e 2021 alcance o seu pico mais elevado desde 2010, superando a média histórica de 2,1% para o período de 1992-2018’. A OIT refere-se à média mundial, visto que

em muitos países — incluindo os EUA — o aumento da produtividade tem se mantido estagnado: ou seja, é o crescimento da produtividade em países como a China que puxa para cima a média global. Porém, os benefícios do aumento da produtividade não são satisfatoriamente distribuídos entre os trabalhadores, em termos de aumento salarial proporcional às suas contribuições. Os benefícios sobem diretamente para os donos do capital, o que aumenta a concentração de riqueza. O trabalho está produzindo um excedente maciço, que poderia muito bem ser usado para melhorar o bem-estar geral da humanidade. Em vez disso, vai parar nos bolsos dos capitalistas.

A Apple acabou de lançar o iPhone 11. Poucas características o diferenciam do iPhone X, embora a versão mais cara do novo telefone celular tenha três câmeras. É importante destacar que a Apple não fabrica esses aparelhos. Eles são manufaturados em larga escala pela companhia taiwanesa Foxconn, que emprega mais de 1,3 milhão de trabalhadores apenas na China. O iPhone é obscenamente caro [R\$ 8.999 no Brasil], e a maior parte dos recursos de sua venda vão parar na Apple, não vai para os trabalhadores nem para a Foxconn. Como a Apple possui a propriedade intelectual sobre o telefone, ela delega a produção a companhias como a Foxconn, que fabrica os telefones para o mercado. A Apple devora o grosso dos lucros graças a este processo.

Cinco anos atrás, E. Ahmet Tonak realizou um estudo do iPhone 6, analisando-o desde o ponto de vista da análise marxista da taxa de exploração. Como integrante do Instituto de Pesquisa Social Tricontinental, Ahmet atualizou suas análises para acompanhar o iPhone X.

(...)

A descoberta mais assombrosa da análise é que os trabalhadores de nosso tempo, que fabricam iPhones, são 25 vezes mais explorados do que os trabalhadores de fábricas têxteis dos século 19, na Inglaterra. A taxa de exploração dos trabalhadores do iPhone é de 2.458%. Esse número nos faz lembrar de que apenas uma parte infinitesimal da jornada de trabalho vai compor o valor do salário que o trabalhador recebe; na quase totalidade desta jornada, os operários produzindo para ampliar a riqueza do capitalista. Quanto maior a taxa de exploração, mais cresce a riqueza do dono do capital, graças ao trabalho assalariado”.

PRODEMGE: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO EM CIMA DA HORA E PARA QUE?



No dia 01/10/2019, o SINDADOS-MG encaminhou um ofício à PRODEMGE questionando sobre a segunda avaliação de desempenho, que foi comunicada aos trabalhadores em cima da hora e com prazo curtíssimo para a sua realização. A Empresa sequer informou como os funcionários que não têm acesso, que estão de férias ou licenciados deverão proceder.

Os critérios para avaliação de desempenho constavam na Instrução Normativa 01 (IN 01) – Programa de Avaliação de Desempenho. Porém, há meses esta Instrução Normativa foi retirada da Intranet, deixando de constar, portanto, do rol de normativas da Empresa. O Sindicato indagou à empresa: como as avaliações estão sendo realizadas sem estarem normatizadas?

O Plano de Cargos, Salários e Carreiras (PSCS) da PRODEMGE possui regras acerca de Progressão por Mérito e a IN 029, que normatiza o Plano e estabelece que a progressão por merecimento deva atender às

condições estabelecidas na Instrução Normativa Programa Gestão do Desempenho – IN 01. Pergunta que não quer calar: se a IN 01 não existe mais, o PSCS da PRODEMGE encontra-se em situação irregular?

Em nota divulgada na Intranet, a Empresa informou que “as pontuações dessa avaliação não serão consideradas para efeitos de futuras progressões por mérito”. Qual o propósito da avaliação então? Os trabalhadores não tiveram retorno de suas notas e desempenhos decorrentes da primeira avaliação de 2019. Qual seria então a finalidade da segunda avaliação se os trabalhadores sequer ficaram sabendo se há algo a melhorar, se há algum problema?

O fato é que a avaliação não está normatizada, tampouco se apresenta como instrumento de mudanças e melhorias de processos na Empresa, uma vez que não há feedback das mesmas. Esta é uma das conclusões a que podemos chegar.

Progressões por mérito e por antiguidade

As progressões por mérito e por antiguidade, concedidas em julho de 2019, segundo informações do RH da PRODEMGE, corresponderam aos períodos de 2015 e 2016. Não foram divulgados os critérios de notas, valores e exclusão, nem mesmo o número de trabalhadores beneficiados.

A progressão por antiguidade correspondeu ao período de 2017 e 2018, e deveria ter sido aplicada em janeiro de 2019, porém, o reajuste só ocorreu no mês de julho. O Sindicato entende que falta a regularização do pagamento correspondente aos meses de janeiro a junho e também fez esta pontuação no ofício.

Esperamos que a direção da PRODEMGE esclareça todos os aspectos questionados, que são da maior relevância para os trabalhadores.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

INFORME JURÍDICO



Empresas	Processo	Data	Hora	Vara
DTI SISTEMAS	0011592-33.2017.5.03.0003	03/10/2019	10:40	3ª
DATAPREV	0011773-74.2017.5.03.0022	11/10/2019	10:30	22ª
ZETRA SOFT	0010398-94.2019.5.03.0110	13/11/2019	16:00	31ª
TECLOG FLEET	0010560-55.2019.5.03.0186	14/11/2019	10:00	48ª
CPM BRAXIS	0011677-19.2017.5.03.0003	28/11/2019	11:00	3ª

DATAPREV: AVALIAR MAL PARA PAGAR MENOS E DEMITIR



O SINDADOS-MG tomou conhecimento que estão ocorrendo avaliações de desempenho na DATAPREV com rebaixamento em relação aos anos anteriores.

Circula na “rádio corredor” que a ordem é dar notas entre cinco e 75 pontos para não pagar PLR aos trabalhadores e deixá-los na mira das demissões.

É importante que os trabalhadores fiquem atentos, pois o plano é reduzir custos, deixar a Empresa “enxuta” para ser entregue à iniciativa privada. Tolo é quem pensa que nada disto vai acontecer, que tudo não passa de “teoria da conspiração” do Sindicato. O tempo é de nos organizarmos para lutar contra esta realidade. O Comitê de Defesa do SERPRO e da DATAPREV está se reunindo no Sindicato nas quartas-feiras, a partir das 18hs. O convite à organização da luta está feito a todos que dependem do emprego.

Trabalhador, entre em contato com o Sindados para denunciar qualquer problema ou irregularidade na empresa em que trabalha: sindados@sindados-mg.org.br



DATA-BASE SETEMBRO

No dia 30/09/2019, aconteceu mais uma reunião entre SINDADOS-MG e SINDINFOR.

A construção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) sempre foi uma tarefa muito complexa e esta complexidade se amplia diante da atual realidade brasileira, em que os direitos dos trabalhadores estão sendo atacados de uma forma sem precedentes.

Gostaríamos de ter as reuniões filmadas e transmitidas em tempo real, para que todos compartilhassem como se dá o processo de construção da CCT. Paradoxalmente, nem ata temos e até fazer a ata é um ponto de pauta que não evoluiu nesta negociação coletiva específica.

Tirar a negociação de ZERO de reajuste, lutar para que não sejam impostas perdas aos trabalhadores com cortes de direitos hoje existentes, conforme temos visto em muitas negociações, e lutar para ampliar os direitos não é tarefa fácil. Nesta reunião, os patrões formalizaram um índice econômico, correspondente à inflação do período medida pelo INPC, de 3,2%.

Defender a melhoria da qualidade de vida e dos salários dos trabalhadores é caracterizado pelo sindicato patronal como “excesso” dos trabalhadores. Somos sempre vistos como “resistentes às pautas patronais”. Como não resistir ao corte de direitos, à insistência em negar pleitos que são simples como, por exemplo, a ampliação da licença paternidade para permitir apoio à mulher e ao filho no momento do nascimento?

Diríamos que somos persistentes, porque não entendemos a lógica dos donos das empresas em lucrar e não ter o olhar para os que constroem este lucro. Neste sentido, continuamos insistindo na necessidade de evolução da negociação coletiva. Queremos que as empresas se desenvolvam e cresçam, porém, achamos inconcebível que os trabalhadores não cresçam também. Somos persistentes porque buscando repetidamente diversos argumentos e fundamentação, insistimos em defender cada ponto da pauta. É com este princípio e propósito que teremos nova rodada de negociação no dia 09/10/2019, às 14 horas.



CADASTRE O CONTATO DO SINDADOS
Envie um WhatsApp com seu nome e empresa onde trabalha para receber os informes do SINDADOS MG e para entrar em contato conosco.
Comunicação Sindados: 31 98422-5777.

PRIVATIZAÇÃO SERPRO E DATAPREV: O LEILÃO DOS NOSSOS DADOS – PARTE I



Publicamos nesta edição a parte I do artigo “Por dinheiro, Bolsonaro leiloa nossos dados”, de Fabiana Oliveira, publicado no portal de notícias Outras Palavras, sobre o impacto da privatização do SERPRO e da DATAPREV.

“Em agosto, o governo federal – sob o comando de Jair Bolsonaro (PSL) – anunciou um vasto pacote de privatizações de empresas públicas, dentre as quais estão a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). As duas são lucrativas – em 2018, a DATAPREV faturou cerca de R\$ 1,26 bilhão e o SERPRO R\$ 3,2 bilhões – e acima de tudo estratégicas para o Brasil, já que concentram dados de toda a população, sobre consumo, renda, saúde, nascimento e óbito, por exemplo. Em um contexto em que a máxima que diz que ‘dados são o novo petróleo’ se torna cada vez mais popular, o que o país ganha ao entregar essas informações nas mãos da iniciativa privada?

Conversamos sobre o assunto com alguns especialistas contrários à iniciativa. Eles apontam prejuízos que as privatizações trariam para a nação e para os indivíduos. Para Deivi Kuhn, analista de sistemas do SERPRO e ex-secretário-executivo do Comitê Técnico de Implementação do Software Livre (CISL), uma questão importante a ser discutida diz respeito à alteração do objetivo central destas empresas. Se são públicas, elas devem responder, por definição, aos interesses coletivos da população e há instrumentos de controle e transparência para que isso seja garantido. Se são privadas, ao contrário, a principal motivação se torna a obtenção de lucro e processos importantes podem ser realizados em segredo. Com mecanismos de controle mais frágeis e maior pressão financeira, o risco de monetização dos dados cresce.

O analista acredita que a admissão de servidores públicos, feita por concurso, também fortalece o interesse público como objetivo central de uma empresa. ‘A lógica de

atuação do setor privado é diferente. Uma empresa pode estar trabalhando com dados dos seus clientes e as pessoas podem sequer ficar sabendo disso. Isso é impossível em uma empresa pública’, afirma. Kuhn defende que o governo deve manter empresas de Tecnologia da Informação (TI) públicas porque as informações processadas por estas organizações são fundamentais para a soberania do país. ‘Têm papéis de gestão de tecnologia que são considerados hoje a parte mais estratégica de qualquer tipo de organização’, analisa.

Para Mario Teza, que já foi membro do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e ex-presidente da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (PROCEMPA), o país não teria ganhos com estas alterações, sejam eles econômicos ou políticos. Muito pelo contrário, perderia ainda em capacidade técnica. ‘Pela história brasileira, as empresas públicas de TI são executoras, mas também participaram das formulações sobre as regulamentações do segmento. Se as empresas públicas deixam de existir, o país não perde só duas empresas estratégicas na execução da estrutura pública de TI, nós perdemos também um trabalho de assessoria aos governos, sejam eles quais forem’ destaca.

As duas empresas que estão na mira da privatização empregam 12.500 funcionários e estão sendo estimadas em seis bilhões. Ambas reúnem dados de milhões de brasileiros. A DATAPREV, por exemplo, processa o pagamento mensal de cerca de 34,5 milhões de benefícios previdenciários e é responsável pela aplicação on-line que faz a liberação de seguro-desemprego. A empresa também processa as informações previdenciárias da Receita Federal do Brasil e responde pelas funcionalidades dos programas que rodam nas estações de trabalho da maior rede de atendimento público do país, somadas as Agências da Previdência Social aos postos do Sistema Nacional do Emprego (Sine), de acordo com os dados oficiais.

Dada a magnitude, a possibilidade de privatização do organismo desenha um cenário de grandes impactos sociais. Para Teza, qualquer eventual problema com a empresa, que poderia ocorrer, por exemplo, na troca de administração, seria catastrófico para a economia nacional. ‘Nós temos um conjunto gigante de municípios brasileiros que são dependentes da chegada do dinheiro do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do mês. Então, algum problema na DATAPREV teria um grande impacto na economia. Como são milhões que são distribuídos, é algo muito grande. Sempre houve muito cuidado, ao longo dos anos, para que qualquer acontecimento governamental não afetasse isso. Eu diria que este é um grande risco”.